

## **A LITERATURA SOBRE CAPACIDADES ESTADUAIS PARA IMPLEMENTAR POLÍTICAS ESPECÍFICAS: TEORIA E VARIÁVEIS TERRITORIAIS NOS ESTUDOS SOBRE ESTADOS BRASILEIROS<sup>1</sup>**

Jheniffer Aline Schmitz<sup>2</sup>, Leonidas Silva Georgoula<sup>2</sup> Samira Kauchakje<sup>3</sup>, Patricia Sene de Almeida<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Vinculado ao projeto “Abordagem territorial em estudos sobre capacidades estatais e governamentais”.

<sup>2</sup> Acadêmico (a) do Curso de Administração Pública –CESFI – Bolsista PIBIC/CNPq

<sup>3</sup> Orientador(a), Samira Kauchakje do Departamento de Governança Pública – CESFI – samira.kauchakje@udesc.br

<sup>4</sup> Assessoria e acompanhamento das atividades de pesquisa discentes. Coordenadora de Ensino e Pesquisa no CIdaPOL.

Capacidade estatal refere-se à habilidade de um estado em formular e implementar políticas públicas de maneira eficaz (Migdal, 1988). Quais os níveis de governo e quais as variáveis territoriais presentes nos estudos? Como são discutidas e medidas as capacidades estaduais (dos estados brasileiros) em relação à implementação de políticas específicas? Essas são algumas das questões do projeto. Poder compreender a demanda do território e promover políticas eficazes para uma sociedade mais equilibrada está relacionado à capacidade estatal e governamental. Uma alta capacidade estatal é essencial para o desenvolvimento sustentável, a estabilidade social e o bem-estar dos cidadãos (Fukuyama, 2004). Os objetivos do projeto são identificar a diferença e as relações conceituais entre capacidade estatal e capacidade de governo, no âmbito da literatura nacional e internacional, identificar métodos e técnicas utilizadas por pesquisadoras e pesquisadores sobre o tema, reconhecer e organizar vertentes das teorias da capacidade de Estado, e capacidade de governo, especialmente, nas áreas de ciência política, da administração política e da economia e delimitar variáveis que contribuam para a construção de índices de capacidades estatais e governamentais. O projeto investiga as capacidades estaduais para implementar políticas específicas, analisando a literatura sobre o tema, focando nas variáveis territoriais e nas relações entre capacidades estatais e governamentais.

Os métodos utilizados foram a revisão sistemática da literatura (RSL) e a bibliometria, com recursos da análise de conteúdo e de redes (temáticas, de abordagens, métodos e de autores/autoras, principalmente). A RSL é um método que consiste na análise aprofundada dos textos escolhidos da pesquisa, para garantir a coerência e evitar o enviesamento das informações coletadas. As etapas do método consistem na seleção dos textos, definição de critérios de inclusão e exclusão e, revisão exaustiva da literatura buscando encontrar e responder todas as questões que norteiam a pesquisa. Visa reduzir o viés através do uso de métodos explícitos para realizar uma pesquisa bibliográfica abrangente e avaliar criticamente os estudos individuais (DONATO, 2019).

Para a seleção dos textos, foram utilizadas três bases de dados: Web of Science (WoS), Scopus e Scielo, considerando períodos de 1945 a 2022, 1953 a 2022 e 2002 a 2022, respectivamente. As categorias analisadas incluíram artigos e artigos de revisão, nos idiomas inglês, português e espanhol abrangendo temas de ciência política, relações internacionais, economia,

administração pública e estudos de desenvolvimento. A seleção dos documentos foi feita com base em critérios rigorosos, como a presença de termos-chave no título ou nas palavras-chave dos autores, além da exclusão de textos de subáreas não aderentes, como psicologia evolutiva e física nuclear. Textos sem registro de autoria também foram descartados. Após a aplicação desses critérios, foram obtidos 2.195 textos únicos.

Para a organização do banco de dados, foi aplicado o princípio de Pareto, selecionando os textos mais citados em cada base de dados. Esse procedimento resultou em 235 textos na WoS, 194 na Scopus e 10 na Scielo. A curadoria incluiu uma verificação manual para garantir que trabalhos de autores relevantes, como Skopol, Evans, Charles Tilly, entre outros, fossem contemplados. A liderança do grupo, representada pela professora coordenadora, foi responsável pela busca, seleção, organização do banco de dados, avaliação qualitativa dos textos e construção das categorias/variáveis para a extração de dados. A supervisão da extração e discussão dos dados ficou a cargo de Patrícia, que também conduziu o treinamento da equipe nas diversas etapas da pesquisa, desde a revisão de literatura até a elaboração e apresentação dos resultados.

O uso da bibliometria consiste em apresentar dados estatísticos das produções científicas. É uma análise estatística do conteúdo revisado, seja dos dados de quantidade de autores e autoras, assim como co-autores, gênero mais publicado, ano da publicação, número de artigos, número de localizações em seus diferentes níveis, União, Estado e município, dentre outros. A bibliometria é um campo de estudos que desenvolve modelos e medidas matemáticas para mensurar quantitativamente a produção, disseminação e uso de informação registrada. Sua aplicação fornece uma base sólida para tomada de decisão e previsão (TAGUE SUTCLIFFE, 1992). Em sentido teórico, podemos definir a bibliometria como um campo de estudos que se dedica ao desenvolvimento de técnicas para sistematizar informações bibliográficas (Sangalli, A., & Kauchakje, S, 2021). A extração dos dados e síntese das informações resultou em análises descritivas. Nesse projeto usamos a bibliometria de forma analítica, construindo gráficos a partir dos resultados para expor o diagnóstico e poder observar as variações existentes.

A partir da coleta dos textos, foi criado um banco de dados com questões que norteiam o tema. Os textos foram lidos e revisados pela equipe PIBIC, identificando dados como: conceitos, rede de autores, métodos, referências e abordagens territoriais relativas aos níveis de governo. Após a revisão sensível e exaustiva para coletar informações imparciais e sem viés, foi criado um banco de análise para iniciar o método da bibliometria, e neste, foram identificados dados como: número de variáveis, números de países, Estados e municípios, números de publicações por ano, números de publicações por revistas e números de capacidades. Identificamos um total de 63 artigos a partir do protocolo de busca aplicado, referentes ao período de 1981 até 2022, com um total de 107 autores e coautores.

Resultados da revisão sistemática permitiram encontrar congruências entre os textos sobre capacidade estatal em relação à abordagem teórica utilizada nos artigos. Tanto a capacidade governamental quanto a estatal enfatizam a importância de formular e implementar políticas eficazes para a governança e desenvolvimento econômico. Ambas também discutem a influência de crises econômicas e conflitos civis na eficácia governamental e estabilidade estatal. A capacidade governamental tende a focar mais na arrecadação de receitas e implementação de políticas, enquanto a capacidade estatal aborda também a centralidade do Estado, sua autonomia e a intervenção estatal em diversos contextos.

A análise da capacidade governamental é mais focada na medição e definição de capacidades, enquanto a capacidade estatal engloba uma variedade de contextos históricos, geográficos e políticos, com diferentes autores explorando a centralização do poder, direitos e democracia. Do ponto de vista da estrutura dos artigos, notou-se o uso da pesquisa teórica e empírica por dezesseis artigos, enquanto outros dezesseis utilizaram a pesquisa teórica e apenas um aderiu a pesquisa empírica e literatura.

Resultados bibliométricos mostraram que dentre 152 países abordados nos artigos identificamos um maior número de estudos sobre capacidades estatais nos seguintes países (Gráfico 1): Estados Unidos, Brasil, Argentina, Índia, Somália, Haiti, Ruanda, China, África do Sul, Canadá, Itália, Japão, Cingapura, Coreia do Sul, Alemanha, Peru, Colômbia, Jamaica, Indonésia, Malaysia e Costa Rica. Em uma contagem de 14 Estados identificamos um maior número de menções sobre capacidades estatais na Região Administrativa da China, Peru, Brasil e Estados Unidos. Em uma contagem de 12 capacidades encontradas e 43 variáveis identificamos uma maior menção nas capacidades das variáveis: Fiscal, Legal, Administrativa, Coercitiva, Sistema, Organização, Individual, Efeitos da Política Estadual, Pib Per Capita e Burocrática (Gráfico 2).

Os artigos sobre as capacidades estatais dos estados brasileiros apresentam um panorama abrangente da capacidade estatal e governamental no país, englobando desde análises locais até comparações internacionais. A recorrência de autores como Celina Souza evidencia a profundidade das pesquisas em determinados aspectos da capacidade estatal brasileira. A comparação entre o Brasil e outros países, tanto em contextos regionais quanto globais, proporciona uma visão multifacetada do tema, essencial para compreender as forças e fraquezas do Estado brasileiro no cenário contemporâneo. Essas comparações, baseadas em diferentes variáveis, exploram aspectos variados da administração pública e da governança em diversos contextos. A discussão sobre as capacidades do Estado e do governo é conduzida a partir da literatura revisada, que oferece uma ampla gama de perspectivas sobre a capacidade estatal no Brasil, desde abordagens comparativas internacionais até estudos focados nos níveis municipal e federal.

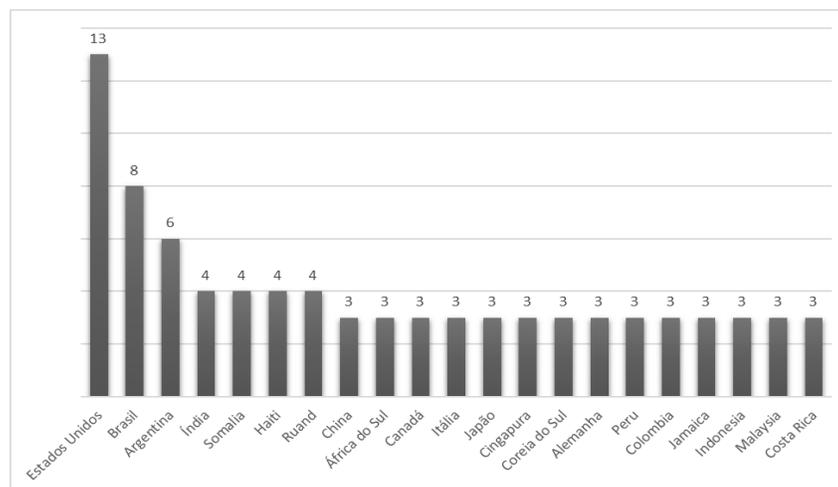


Gráfico 1. Abordagem territorial entre os artigos analisados

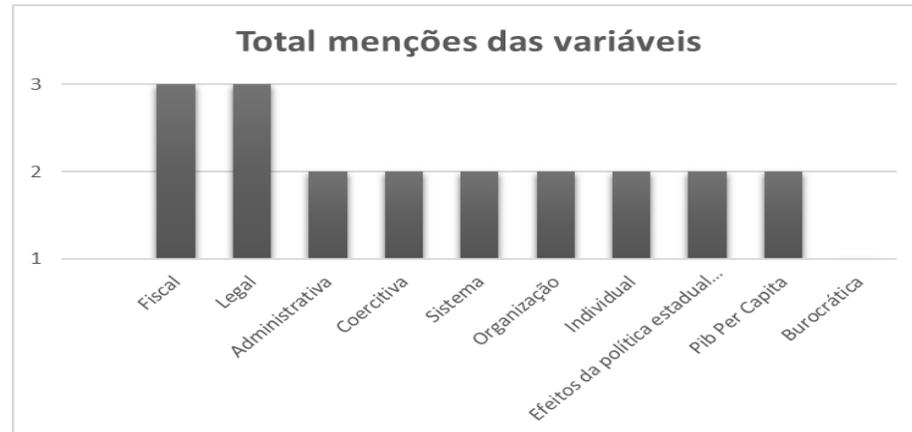


Gráfico 2. Variáveis sobre capacidades estatais mais abordadas entre os artigos analisados.

Com base na pesquisa apresentada, a análise das capacidades estatais dos estados brasileiros fornece um cenário abrangente e detalhado sobre a capacidade estatal e governamental no país. Através de uma metodologia rigorosa que incluiu revisão sistemática da literatura e bibliometria, foram exploradas diversas dimensões da administração pública e da governança, tanto em contextos locais quanto internacionais. O estudo destaca a importância de entender as capacidades estatais em suas variadas manifestações, desde o nível municipal até o federal, e como essas capacidades são influenciadas por variáveis territoriais e contextos específicos. A investigação revelou uma relação estreita entre a capacidade estatal e a capacidade de governo, ambos fundamentais para a formulação e implementação eficaz de políticas públicas. A análise comparativa entre o Brasil e outros países reforçou a compreensão das forças e fraquezas do Estado brasileiro, fornecendo insights valiosos sobre como diferentes contextos históricos, geográficos e políticos afetam a eficácia governamental. Essa pesquisa pode contribuir para a literatura sobre capacidades estatais, oferecendo uma base sólida para futuras pesquisas e políticas públicas mais informadas, que possam responder de maneira eficaz às demandas da sociedade e promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável no Brasil.

**Palavras-chave:** capacidade estatal; revisão sistemática da literatura; bibliometria; políticas públicas.